

Resumo Expandido: Eixo 3 - Políticas, gestão e avaliação Pós-LDBEN

POLÍTICA DE *ACCOUNTABILITY* E A SUA RELAÇÃO COM O PROVIMENTO DO CARGO DE GERENTE ESPECIAL DE EDUCAÇÃO/AL

Cristina Maria da Silva Torquato - UNEAL/Santana do Ipanema¹

Karla de Oliveira Santos - UNEAL/ São Miguel dos Campos²

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi investigar a relação entre a política de *accountability* e o provimento do cargo de Gerente Especial de Educação em Alagoas. A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Partimos da seguinte problemática: Como os mecanismos de *accountability* tem sido um indutor para o provimento do cargo de Gerente Especial de Educação em Alagoas? Contudo, o Estado de Alagoas tem implementado políticas de *accountability* meritocrática, com a criação de legislações específicas, que atribui repasses de recursos financeiros aos municípios e/ou escolas de acordo com atingimento de metas, bonificações e premiações por resultados através das performances apresentadas nas avaliações externas e alcance de indicadores educacionais, que tem sido um indutor eficaz e definidor para o provimento do cargo de Gerente Especial de Educação.

Palavras-chave: Novo Gerencialismo. *Accountability*. Indicadores Educacionais.

Introdução

As reformas educacionais que foram implantadas a partir da década de 1990 na política educacional brasileira, tem incorporado a lógica do novo gerencialismo público nas práticas de gestão dos sistemas de ensino e das escolas. O modelo está alicerçado na busca de melhoria da qualidade na educação, entendida como objeto mensurável e quantificável em termos estatísticos e que poderá ser alcançada através de inovações incrementadas na organização e na gestão do trabalho na escola, com eficiência e eficácia a partir da determinação do alcance de indicadores.

Em Alagoas, no ano de 2015, assume o governo do Estado José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, no qual inicia o processo de implementação do novo gerencialismo na educação alagoana, através de políticas de *accountability*, sob o consenso de modernização, de inovação e de superação das desigualdades educacionais e dos indicadores negativos.

1 Licencianda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus II. Bolsista Pibic CNPq (2024-2025). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8588096007362417> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2363-1457>

2 Doutora em Educação (PPGE/UFAL). Professora Titular da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus IV. Coordenadora do Projeto de Pesquisa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995265157981192> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4954-8184>

Nesse sentido, são criadas políticas de governo, legislações e indicadores que orientam e impõem mecanismos de controle para o alcance de metas através de performatividades satisfatórias em avaliações externas, que estão atreladas ao provimento do cargo de Gerente Especial de Educação pelos gestores escolares de ‘sucesso’, além do recebimento de recursos financeiros pelos municípios e escolas.

Em 2022, com a mudança de governo, devido à participação de Renan Filho no pleito eleitoral para o senado, assume o governo do estado, Paulo Suruagy do Amaral Dantas, que sai vitorioso da última eleição e segue dando continuidade às políticas de governo desenvolvidas por seu antecessor, inclusive criando estratégias de responsabilização e controle docente, reforçando o discurso da meritocracia.

Materiais e métodos

A investigação apresentada trata-se de dados parciais de um projeto de iniciação científica em andamento, com o fomento do CNPq e vinculado a um projeto guarda-chuva interinstitucional entre a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que trata sobre Políticas de alocação de recursos públicos por resultados educacionais e abrange outras instituições de ensino superior públicas, parceiras nesse projeto.

Esse trabalho possui como abordagem a pesquisa qualitativa, almejando um processo de reflexão e análise do contexto das políticas educacionais brasileiras e em especial, alagoana, através da pesquisa bibliográfica sobre referenciais que abordem o novo gerencialismo nas políticas educacionais e o *accountability*, a exemplo de: Brooke (2006), Afonso (2012), Dardot e Laval (2016) e Freitas (2018).

Também realizamos a pesquisa documental, a partir do levantamento e da análise de legislações, publicações no Diário Oficial do Estado de Alagoas, normativas da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e editais dos processos seletivos para o cargo de gerente especial de educação.

Discussão dos resultados

O novo gerencialismo na educação vem promovendo mudanças marcadas predominantemente pelos aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos, que tendem a ignorar os diferentes contextos da realidade educacional, favorecendo o controle social através do estímulo à competitividade e responsabilização da escola e de seus profissionais. Sendo assim, Dardot e Laval (2016) apresentam algumas problemáticas ocasionadas pelos mecanismos diversificados de controle, avaliação e incentivos produzidos pelas políticas educacionais gerencialistas implementadas nas últimas décadas, que seguem uma lógica da

competição e da eficácia, impactando a vida dos docentes, a exemplo de: sofrimento no trabalho, autonomia contrariada, desmoralização, fracasso social, depressão, estresse, assédio, entre outros.

Há uma intensificação na formulação e implementação de políticas no campo da educação, objetivando a adequação do sistema educacional brasileiro ao setor produtivo, através da inserção no mercado globalizado e pela aplicação de políticas neoliberais e gerencialistas que responsabilizam diretamente as instituições escolares e seus profissionais por alcance de metas. Com o avanço de tais políticas, a qualidade educacional ganha um foco, o que implica na incorporação frequente de políticas de *accountability*, a partir do tripé: avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Segundo Afonso (2012), o significado do vocábulo *accountability* indica forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de prestação de contas que dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes, que de forma autoritária responsabiliza as instituições escolares, as organizações e os indivíduos. Para Brooke (2006), as políticas de *accountability*, são políticas de responsabilização, mediante as quais se tornam públicas as informações sobre o trabalho das escolas e consideram-se os gestores e outros membros da equipe escolar como corresponsáveis pelo nível de desempenho alcançado pela instituição.

De acordo com Freitas (2018), há uma desqualificação do magistério, passando a falsa impressão de que todas as formas de regulação e responsabilização é valorização, conforme apresentado:

A reforma empresarial da educação concebe o magistério da mesma forma que concebe a escola, inserido em um livre mercado competitivo, e neste cenário, os salários são tornados dependentes dos resultados esperados, sem direito à estabilidade no emprego e tanto quanto possível sem sindicalização. Estabilidade, salários iguais, previdência e sindicalização são condições que impediram o mercado de produzir “qualidade” na escola. Em sua visão, o professor trabalhará mais se estiver com sua cabeça a prêmio todo dia (Freitas, 2018, p.109).

Assim sendo, a falácia da valorização do magistério atrelada a desempenhos nas avaliações externas, bônus e premiações, tem cooptado os gestores e docentes para o alcance de metas cada vez mais elevadas e boas performances, que exercem uma vigilância e um controle do desempenho individual, no qual os profissionais auto culpabilizam pelos escores e posições nos ranqueamentos educacionais.

A partir do exposto, Alagoas tem se destacado nacionalmente através de resultados positivos que tem apresentado nos ranqueamentos, como também a criação de alguns programas,

legislações e premiações que mobilizam a maquinaria de *accountability*, visto que a educação alagoana configurava os piores indicadores nacionais.

Desde 2018 temos nos deparado com políticas educacionais gerencialistas na educação alagoana, sob o consenso do *accountability* meritocrático, que responsabiliza os gestores escolares por performatividades satisfatórias nos testes e no alcance de metas, tendo como contrapartida por parte do Estado, a possibilidade de ocupar o cargo de Gerente Especial de Educação a partir de critérios que tem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indutor para o provimento do cargo.

O Estado de Alagoas possui treze (13) Gerências Especiais de Educação, distribuídas em todo território alagoano. Nos governos anteriores ao de Renan Filho (2015-2022), o provimento do cargo de Gerente Especial de Educação se dava através da indicação política, sob a influência das oligarquias que detêm o poder político e econômico. A partir do governo de Renan Filho, são estabelecidos critérios para o provimento do cargo sob o discurso do cumprimento da gestão democrática e da meritocracia.

Os critérios estabelecidos atualmente pela SEDUC são: maior pontuação no IDEB, análise de um estudo de caso, preenchimento de um formulário de inscrição, apresentação de um plano de gestão, entrevista e análise de currículo, tendo a vigência do mandato de dois (2) anos. Entretanto, a escola precisa estar elegível para que o gestor escolar participe dessa seleção, ou seja; a escola deve possuir um dos maiores IDEB da regional onde está localizada a Gerência Especial.

Observamos que a imposição de atingimento de metas tem estimulado a competitividade e responsabilizado os gestores escolares para o alcance de indicadores cada vez maiores, no qual se colocam todas as escolas em condições igualitárias, reforçando a meritocracia, aprofundando desigualdades e espetacularizando resultados nas avaliações externas.

Considerações finais

As políticas neoliberais e gerencialistas de responsabilização através do *accountability*, tem focado no treinamento de competências e habilidades dos estudantes, regulação do currículo, limitação da autonomia administrativa e pedagógica da escola, controle do trabalho docente, transferência de recursos financeiros atrelado às performances nas avaliações externas, almejando quantificar resultados como uma possível qualidade educacional e prestação de contas do serviço público, principalmente para os gestores escolares.

Há um consenso pautado na meritocracia que tem cooptado os gestores escolares das redes de ensino para o alcance de indicadores educacionais, tendo como possível recompensa o

cargo de Gerente Especial de Educação, estimulando a competitividade e a responsabilização unilateral.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 de março de 2025.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>. Acesso em 01 de março de 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.